



**EXMO. SEÑOR PRESIDENTE: BREVE ESTUDO SOBRE AS CARTAS DO E SOBRE O CAMPO PARA JUAN DOMINGO PERÓN (1946-1955)**

MAYRA COAN LAGO \*

## INTRODUÇÃO

Em 1946, Carlos Vidal de Buenos Aires escreve para Perón dizendo: “(...) *voy a tratar el problema fundamental argentino; el problema madre de todos los problemas del hombre; el problema que aún no ha sido resuelto en ninguna parte del mundo (...) EL PROBLEMA ES LA TIERRA*”<sup>2</sup>. Após a declaração, Carlos dedica nove páginas à um projeto detalhado que afirma ser a solução para o grande problema argentino. Alguns anos depois, em 1951, Teófila de La Rioja também escreve para o presidente solicitando a mediação para uma questão pessoal: a expropriação da sua terra.

Quem eram estas pessoas? por que estão escrevendo ao presidente argentino? elas recebiam resposta ou tinham suas solicitações atendidas? Eis algumas das perguntas que nortearão este trabalho, cujo objetivo é estudar as cartas dos trabalhadores do campo para Perón<sup>3</sup>, entre os anos 1946-1955, procurando analisar as múltiplas formas de atuação e participação política destes trabalhadores reveladas nas demandas, nas aspirações, nas percepções de mundo, nas compreensões e usos do discurso peronista.

Antes de tratarmos das cartas é preciso esclarecer que, entre os anos 1946-1955, Perón recebeu uma infinidade de cartas individuais e coletivas dos trabalhadores argentinos, associados ou não às organizações políticas, que continham convites, solicitações, projetos e comentários ao governante para a construção da “Nova Argentina”. A escrita e o envio destas cartas estão inseridos em dois momentos principais do Primeiro Peronismo: 1946, após a apresentação do Primeiro Plano Quinquenal no Parlamento, no dia 21 de outubro, e 1951, após o discurso político de Perón do dia 3 de dezembro, irradiado em cadeia nacional de rádio, cujo tema era *Perón quiere saber lo que su pueblo necesita*. Embora estes sejam os marcos, a escrita e o recebimento de cartas ocorreu durante todo o Primeiro Peronismo.

---

\* Doutoranda do Programa de História Social da Universidade de São Paulo e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Archivo General de la Nación (AGN), Ministerio de Asuntos Tecnicos (MT), caixa 455.

<sup>3</sup> Neste trabalho consideraremos principalmente as cartas de homens e mulheres provenientes do campo, mas também as que se referem ao campo, isto é, mediadores dos trabalhadores e comentaristas da situação do campo, por acreditarmos que assim teremos um panorama mais amplo e complexo do período estudado. A própria concepção de “campo” também deve ser esclarecida uma vez que, para a grande maioria dos remetentes, significava os locais mais afastados dos centros urbanos ou das capitais.

É preciso fazer uma distinção entre os dois marcos temporais mencionados: no primeiro Perón solicita os comentários dos argentinos e, em especial, dos trabalhadores sobre um plano que já tinha sido divulgado, enquanto no segundo momento, como o próprio título do discurso revela, Perón convida o povo argentino, principalmente os que moram nas regiões mais distantes, para que enviem as suas “inquietudes”<sup>4</sup> o que, para o nosso entendimento, ampliou ainda mais a dimensão e gerou um recebimento de cartas muito maior do que em 1946.

Ainda com relação aos marcos, também precisamos destacar o papel da propaganda peronista em ambos os momentos, que contribuía não apenas para divulgar o plano em livros, cartilhas, jogos e revistas- como a *Mundo Peronista*-, voltados para os Planos Quinquenais, como também para mostrar a importância da participação dos trabalhadores, a efetividade de algumas das propostas enviadas e o próprio apoio dos trabalhadores ao governo de Perón.

A partir destes marcos, Perón recebeu mais de 70 mil cartas, escritas principalmente por argentinos, que foram recebidas inicialmente pela Secretaria de Assuntos Técnicos da Presidência (ST), que posteriormente seria transformada em Ministério de Assuntos Técnicos da Presidência (MT). Apesar das especificidades, consideramos os “convites” para os trabalhadores enviarem seus comentários e “inquietudes” como um chamado político e pessoal de Perón.

Ao nosso ver, o chamado contribuía para a constituição, em alguns casos, e a manutenção, em outros casos, do “diálogo direto” entre governante e governados almejado por Perón, desde pelo menos o seu cargo de Secretário de Trabalho e Previdência, entre 1944-1945. Por outro lado, e é o que mais nos interessa, consideramos que o “diálogo direto” também era desejado pelos trabalhadores, uma vez que neste encontravam brechas para tratar de suas aspirações e demandas, reivindicar seus direitos e melhores condições de vida, além de atuarem politicamente no “governo dos trabalhadores”.

Ante a historiografia tradicional sobre o período, que demarcou o campo com os estudos sobre o “populismo” e que, de maneira geral, desconsiderou os trabalhadores rurais nos estudos

---

<sup>4</sup> Reproduzimos a seguir uma parte que consideramos emblemática do discurso mencionado, de 3 de dezembro de 1951: *En las tareas de elaboración del Segundo Plan Quinquenal, y respondiendo a mi deseo de conocer “lo que el pueblo argentino necesita” (...) deseo hacer un llamado final a las personas e instituciones, y de manera muy especial a los sindicatos de trabajadores, para que antes de 31 de diciembre remitan a la Presidencia de la República sus peticiones e inquietudes, a fin de ser debidamente estudiados. Toda correspondencia debe ser enviada a la calle 25 de Mayo 11- Capital Federal. (...). Hago, por fin, un llamado a todos los argentinos de bien a fin de que pongan el apoyo de su idea y de su esfuerzo a nuestros trabajos actuales de planeamiento, a fin de que el Segundo Plan Quinquenal sea de todos y para todos* (PERÓN, 1988, grifos nosso, p.610).

destes governos, governantes ou dos períodos assim denominados, consideramos emblemático encontrarmos um grande número de trabalhadores rurais como remetentes durante o mesmo período, no caso peronista, revelando que não eram uma massa amorfa, inconscientes ou mesmo que foram completamente desconsiderados pelas políticas e propagandas “populistas”.

No caso da atuação e participação política dos trabalhadores, sobretudo a partir dos anos 1980, começaram a surgir trabalhos que questionavam as teorias anteriormente propostas. Os autores revisaram as teses sobre o “populismo clássico” e incorporaram a perspectiva dos historiadores ingleses, responsáveis pelas novas interpretações sobre os movimentos sociais, sobretudo no que se refere ao questionamento da incapacidade da classe trabalhadora de escolher seu próprio caminho, valorizando a ação e atuação dos trabalhadores. Entre os historiadores ingleses utilizados na contestação, Edward Palmer Thompson (1987) ganhou destaque, principalmente pela perspectiva teórica presente no conceito de classe, para além de algo estritamente econômico, em que considera a classe social como um ator integrado às relações sociais e políticas, nas quais realmente participa. Assim, estes estudos demonstraram que, mesmo com espaços limitados, muitos trabalhadores se utilizaram do “governo dos trabalhadores” para reivindicar seus direitos sociais, trabalhistas, além de exigir melhores condições de vida<sup>5</sup>.

No que se refere às políticas para os trabalhadores rurais, concordamos com Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2008) ao afirmar que o regime peronista procurou atuar no meio rural, sobretudo nos anos pré-eleições de 1946, quando Perón ocupava os cargos de Secretário de Trabalho e Previdência, de Ministro da Guerra, de Vice-presidente e de presidente do Conselho de Pós-Guerra. De acordo com o historiador, em 1943 Perón iniciou uma política favorável aos arrendatários rurais, através da redução de 20% e congelamento dos preços dos arrendamentos. Tal política continuaria por todo o governo peronista, facilitando a aquisição de terras a médio prazo pelos arrendatários. Também nesta época estabeleceu-se o *Estatuto Del Peón* em 1944, em que procurou-se garantir os direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais, como férias e,

---

<sup>5</sup> Dentre os estudos argentinos, que estão inseridos nestes “outros” olhares mencionados, destacamos os de Daniel James (2013), de Hugo Del Campo (2012), de Juan Carlos Torre (2012), de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero (2012), além de estudos ainda mais específicos, como os organizados por Gustavo Contreras (2014). Já no caso do estudo dos trabalhadores rurais, destacamos os estudos de Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2008), que a partir da análise das cartas destes trabalhadores aborda uma série de aspectos relacionados à atuação e participação política ante os governos de Getúlio Vargas no Brasil e de Perón na Argentina.

posteriormente, o Décimo Terceiro Salário, e o *Consejo Agrario Nacional* para promover a reforma agrária no país.

No que concerne à propaganda política do governo peronista, estudos clássicos como os de Maria Helena Capelato (2009) e Mariano Plotkin (2013) revelam que as mesmas ultrapassaram os limites da capital federal, sobretudo a partir do rádio, dos manuais escolares, entre outros produtos culturais, atingindo as áreas mais distantes da Argentina. Também Marcela Gené (2008) e nós mesmos, Lago (2015), procuramos estudar a partir da propaganda e dos discursos políticos as mensagens específicas para os trabalhadores urbanos e rurais, relacionando-as com as políticas e leis implementadas durante o período.

A fim de atender o objetivo proposto por nós neste trabalho, este texto terá duas partes principais interligadas, além desta introdução e das considerações finais: na primeira trataremos das temáticas dos conflitos pela terra e dos pedidos de terra e na segunda de outros pedidos, ambas as partes serão baseadas nas cartas enviadas.

### ***PADRE INCONFUNDIBLE DE LOS POBRES: CONFLICTOS PELA TERRA E PEDIDOS DE TERRA***

Os conflitos e pedidos de terra estão presentes, de forma direta ou indireta, em praticamente todas as cartas analisadas por nós até este momento. Em muitas cartas os conflitos e pedidos aparecem de forma isolada, mas nós trataremos os que aparecem de forma combinada, isto é, uma expropriação de terra que leva ao pedido de terra ou a ajuda do governo, considerando Perón como o mediador. Em outras cartas, como o trecho que analisaremos abaixo, encontramos o trato da questão da terra de forma mais abstrata, sem a referência à um conflito ou pedido de terra em específico. Nestes tipos de cartas é possível identificar percepções próprias sobre a questão da terra, assim como possíveis alternativas para “solucioná-la”.

Carlos Vidal, em 1946, em Buenos Aires, escreve ao presidente para tecer uma série de comentários sobre o que, em sua opinião, era o grande problema argentino: o problema da terra. Carlos começa a carta tratando da lei de nacionalização da terra, que não poderia continuar legitimando a terra como propriedade privada de poucos:

*Ninguna ley podrá subsistir en adelante concediendo la propiedad particular de la tierra, por que la ley no puede disponer de un bien común, favoreciendo a unos pocos, por que ésa ley sería antisocial, sería antidemocrática, sería antihumana y por lo tanto sería anticonstitucional; (...) ya nada ni nadie podrá exponer ningún argumento que justifique la continuación de semejante injusticia y de tan grande infamia y la*

*propiedad de la tierra debe volver a ser del Estado, como es de propiedad del Estado, las aguas y los cielos de la patria. Estos son los verdaderos fundamentos, las únicas verdades, que serán utilizadas para fundamentar la ley de la nacionalización de la tierra, porque basta y sobra una sola de las verdades que expongo, para que ningún ser conciente, argentino o extranjero, pueda ni siquiera sugerir la más leve defensa en favor de esta situación de injusticia social en que nos encontramos hasta este momento, pero que no perdurará ni por un instante más, ahora que se tiene la verdadera solución del problema<sup>6</sup>.*

O primeiro aspecto que vale ser destacado é a compreensão da questão da terra na Argentina como um problema, que envolve os grandes proprietários e os trabalhadores que acabam, na grande maioria dos casos, sem as terras para si. O segundo é justamente a ideia do mediador ou “solucionador” do problema: o Estado. Desta forma, a terra enquanto bem comum, de todos, deveria ser propriedade do Estado e este seria capaz de dividir as terras, igualmente, para todos os habitantes da Argentina. Finalmente, o terceiro aspecto é a defesa da terra para todos, como um bem não comercializável, e defesa de uma lei que garanta isso, uma vez que uma lei contrária à esta percepção seria antissocial, antidemocrática, anti-humana e antinacional. Vale observarmos que estas classificações servem para caracterizar o momento anterior argentino, que agora seria transformado, já que os argentinos encontraram a “solução”, que permite terem uma nova e positiva perspectiva para a questão.

Carlos equipara Perón a outros dois políticos argentinos- Rivadavia e Yrigoyen-, mas o presidente argentino é colocado em posição de destaque, como o mais valente, realista, racional e grande estadista, reforçando a ideia do presidente como o grande “justiceiro” da nação, que ascendeu ao poder para acabar com as injustiças sociais que marcaram o país em momento anterior e, portanto, aceitaria a proposta do remetente.

Ainda que seja uma proposta abstrata, três aspectos que estão presentes na grande maioria das cartas analisadas podem ser destacados: pedidos que são voltados para o “bem comum”, como o caso desta lei que deveria contribuir para a melhora das condições de vida da população rural em especial e de todos os habitantes da Argentina em geral; a importância de todos para a construção da “Nova Argentina”, que ao ser efetivamente de todos, seria mais justa; e o papel de Perón como justiceiro e, portanto, mediador e solucionador dos problemas pessoais e coletivos.

Carlos traça nove consequências para defender e legitimar suas ideias. Dentre as consequências, damos destaque à segunda, que é “*la tierra será para quien la labore y la*

---

<sup>6</sup> AGN-MT, caixa 455.

*cultive*”, onde a noção de que a terra é para quem trabalhe nela e a cultive encontra a noção que seria proposta pelo próprio governo, referente à importância do trabalho de todos para a construção, desenvolvimento e modernização da “Nova Argentina”. Neste sentido, a produção teria um papel fundamental.

Finalmente, acreditamos que as marcas vermelhas no trecho extraído da carta foram realizadas pelos funcionários do Ministério, para que os demais documentos fossem produzidos, como o registro das cartas por temáticas e o encaminhamento a outros Ministérios. Observando tais marcas, podemos notar que eram destacados a razão ou o objetivo da escrita e os “efeitos” que poderiam gerar caso fosse atendido.

As ideias mais abstratas do primeiro exemplo- como as noções da terra como um “bem comum”, da importância do trabalho e do cultivo pelos seus proprietários e o papel do Estado como mediador, via Perón- vão encontrar-se com o segundo exemplo. Teófila, de La Rioja escreve em 1951, solicitando a mediação de Perón para uma questão pessoal, a expropriação da sua terra:

*PRESIDENTE- una madre, pobre, Viuda con numerosa familia que atender, sin mas recursos que los que DIOS, con su divina bondad me alcanza, tengo que afrontar la vida para poder criar, varios niños chicos, que mi esposo al morir me ha dejado, cuyo sustento y vestuario me lo da mi trabajo, que en un pedazo de tierra de la cual soy poseedora me lo procuro (...) tengo conocimiento que van a expropiar esta tierra que da de comer a mis hijos para hacer construir un edificio para una escuela nacional, con lo que me quitarían de mí y de mis hijos, la subsistencia,- Por ello recurro a V. Exmo, Señor, padre inconfundible de los pobres para que tienda una vez mas esa mano soberana y protectora en beneficio de esta pobre mujer, que implora tal caridad en resguardo de las necesidades de mi familia, y no permita que por ningún motivo se me expropie ese pedazo de tierra que es todo para nosotros (...)<sup>7</sup>.*

Teófila inicia sua argumentação a partir de sua condição de mulher, viúva, mãe e pobre, deixando de lado os lemas peronistas para fazer sua solicitação. Após esta introdução, ela apresenta o seu problema- a possível expropriação de sua terra- e a solução do mesmo- a mediação do Estado, via Perón, enquanto “pai dos pobres”. As imagens do presidente e de seu governo são baseadas em aspectos religiosos e de justiça, encontrando correspondência com o próprio imaginário político produzido pelo discurso oficial.

A relação entre o pedido ser “justo” ou a noção explícita da justiça, que os remetentes procuram passar em suas cartas, é algo recorrente nas cartas analisadas. Assim, estamos de

---

<sup>7</sup> AGN-MT, caixa 456.

acordo com Ribeiro (2008) quando afirma que a ideia de justiça vinha acompanhada da do governante como uma espécie de príncipe misericordioso, que atenderia ao pedido, e centrada na noção de que acima de qualquer formalidade é um pedido justo e, portanto, está de acordo com o projeto político para a “Nova Argentina”.

O que nos chama a atenção e já foi assinalado pelo historiador é que os remetentes, além de verem Perón como o grande mediador e solucionador de suas questões, acreditavam que, em muitos casos, o poder *central*, federal, seria mais eficiente do que o *local*. Deste modo, enquanto o primeiro poder representa a justiça e a “Nova Argentina”, o segundo poder, em muitos locais, ainda representa a “Velha Argentina”, marcada pelas injustiças e arbitrariedades. Ademais, a própria imagem de Perón, como mais do que um político, o grande pai dos pobres, contribui de alguma forma para essas pessoas implorarem sua ajuda em suas questões pessoais.

A carta de Teófila é uma das exceções à “regra” de que as cartas tinham aspectos comuns, mencionados por nós acima. Ainda assim vale assinalarmos que um dos três aspectos permanece nas cartas analisadas e, no caso dela, é a imagem de Perón como o justiceiro, o único mediador e solucionador dos problemas que ela enfrentava.

Teófila recebeu uma resposta positiva ao seu pedido em outubro do mesmo ano:

*Tengo el agrado de dirigirme a Ud., con referencia a su nota de fecha 3 de septiembre pdo., enviada al Exmo Señor Presidente de la Nación y cursada oportunamente a esta Dirección General, solicitando se deje sin efecto la expropiación de una fracción de tierra que trabaja. Al respecto, me es grato comunicarle, que dicho pedido se halla a consideración de este Organismo, efectuándose los trámites reglamentarios de cuyo resultado será informada oportunamente<sup>8</sup>.*

Vale assinalarmos que, para nós, tão importante quanto o atendimento do pedido é a resposta que era enviada para os remetentes. Apesar de ser uma resposta padrão, consideramos que a mesma assegurava a manutenção do diálogo direto e pessoal entre o governante e os governados mencionada por nós na introdução deste trabalho.

O terceiro exemplo que, em alguma medida dialoga com os dois anteriores, é o do povo vizinho de *Quili Malal*, do extremo Oeste de Neuquén. Eles escrevem para Perón em 1946, reivindicando o documento em que conste a aprovação da posse de terra e outros pedidos relacionados ao território como o apoio financeiro governamental para algumas obras públicas:

*Por decreto del Ministerio de Agricultura de la Nación del 2 de diciembre de 1938 se dispuso tratar en el lugar que habitan los peticinantes, un pueblo, cuya denominación se oficializó por decreto del Poder Ejecutivo n° 44.902, del 26 de octubre de 1939- al*

---

<sup>8</sup> *Idem, ibidem.*

*tomarse tal resolución se habrá tenido en cuenta que es una población antigua, ubicada en un valle en la margen derecha del río Agrio, donde la existencia de varios factores favorables aseguran la prosperidad de la zona. Como consecuencia del decreto, a que se hace referencia, en el año 1940, personal de la Dirección de Tierras efectuó el trazado del pueblo, pero según todas las informaciones que se han podido obtener, a pesar del tiempo transcurrido no se ha aprobado dicha mensura<sup>9</sup>.*

O primeiro aspecto que vale ser destacado é o número de remetentes, isto é, uma carta que representa um coletivo. Este “povo” explica a forma particular de atuação e participação política no espaço que ocupam, de maneira específica, e no projeto da “Nova Argentina”, de maneira geral, demarcando o segundo aspecto que deve ser assinalado: o tom reivindicatório da carta, que se contrasta com a anteriormente analisada.

O “povo de Neuquén” se utiliza da história da região, do aparato legal e de aspectos relacionados ao limitado desenvolvimento da área para legitimar a reivindicação da posse da terra pelo povo de Neuquén. A ausência dos usos das expressões e dos lemas peronistas para fazer a reivindicação de sua terra e as melhorias necessárias também é emblemático. Deste modo, os habitantes fazem suas reivindicações por as considerarem legítimas, sem ter a necessidade de serem amparadas pelo discurso oficial.

A reivindicação é seguida por uma série de comentários a respeito do trato e cuidados da terra e da região, que nos últimos anos têm sido realizados pelos próprios habitantes. Deste modo, também nos parece emblemático a forma como constroem os argumentos, sobretudo mostrando que estão cuidando, plantando e trabalhando pela terra, ou seja, mostrando que estão “fazendo a parte deles” para a construção da “Nova Argentina”, mas que os governos local e federal não estão “fazendo a sua parte”, que é tão importante no processo quanto a dos habitantes.

Apesar das especificidades e particularidades das cartas e casos analisados, consideramos que os aspectos comuns, que perpassam as cartas estudadas, seguem também neste terceiro exemplo como as questões voltadas para o coletivo, da contribuição de todos para os projetos de desenvolvimento e modernização do país, fundamentais para a construção da “Nova Argentina” e a imagem de Perón como o mediador dos problemas pessoais e coletivos. Um quarto aspecto que começa a surgir nestas cartas é a legitimidade dos pedidos, solicitações,

---

<sup>9</sup> AGN-MT, caixa 456.

projetos e comentários que iriam ao encontro do atendimento dos mesmos pelo governo peronista.

O quarto exemplo é dos representantes do *Centro Agrario Yerbatero Argentino* (C.A.Y.A), da *Federación de Cooperativas Agrícolas de Misiones* (A.C.A.M) e da *Asociación Rural Yerbatera Argentina* (A.R.Y.A), organizações que atuavam em Misiones e no norte de Corrientes, representando mais de oito mil produtores de erva mate. Eles escrevem para Perón em 1946 a fim de apresentar um plano para a construção de chácaras experimentais em várias regiões do país, que deveria ser encabeçado pelo Ministério da Agricultura, e a contribuição que estas organizações poderiam dar para este projeto caso suas escolas granjas fossem construídas em determinados territórios da nação. De acordo com estes representantes:

*La creación de esas tres Escuelas-Granjas satisfaría una de las necesidades más agudas que se advierten a diario en las zonas precitadas, donde falta una orientación agraria o industrial capacitada sobre la base de experimentaciones serias y definidas propulsadas por el Estado y donde decenas de millares de colonos ven aumentar las necesidades y dificultades, paralelamente al crecimiento de sus familiares, sin nuevos horizontes, adheridos a la tierra que han venido trabajando desde muchos (...)»<sup>10</sup>.*

A proposta de criação das três escolas-granjas em Misiones- nas regiões de Oberá, Uruguai e no Alto do Paraná- para ensinar os filhos dos colonos e orientar os agricultores no processo da produção e cultivo, é baseada em uma argumentação que é composta por um histórico da atuação das organizações na região, da relação das mesmas com o governo, de dados estatísticos e da menção as leis governamentais. Todos estes aspectos contribuem para a legitimação do projeto proposto e da exigência que a lei referente ao cultivo e venda de erva mate não fosse alterada. Tal como a anterior, o tom reivindicatório e legitimador não está amparado nos lemas ou consignas peronistas. Em outras palavras, os trabalhadores escrevem legitimados apenas por conhecerem e habitarem a região do cultivo e por saberem como aperfeiçoar os ganhos econômicos para a região, de maneira específica, e para a Argentina, de maneira geral, o que já parecia suficiente para que fossem atendidos.

### ***QUERIDO SEÑOR PRESIDENTE: DEMISSÕES, COMENTÁRIOS E PLANO DE AJUDA PARA AS MULHERES DO CAMPO***

---

<sup>10</sup> AGN-MT, caixa 457.

Neste segundo tópico procuraremos abordar outras cartas com temáticas relacionadas ao campo, sobretudo as que tratam do desenvolvimento do mesmo, da melhora das condições de vida das famílias dos trabalhadores rurais e mesmo das suas condições de trabalho.

A primeira carta é de Maria A.Z de Brayado, que escreve em abril de 1950, pedindo a mediação de Perón para a questão da demissão de seu marido, um trabalhador rural, que não recebeu a indenização e os demais custos que deveriam ser pagos pela empresa:

*Querido señor Presidente:*

*Deseando que Dios ilumine siempre todos sus actos y que la salud le acompañe como hasta hoy. Le hago llegar una solicitud de argentina y de madre por todas sus localidades y el brillante mensaje que dirijo el sábado a los trabajadores del campo. Animada por sus palabras y con toda una esperanza puesta en su espíritu justiciero, acudo a el para que por su intermedio quede solucionado el problema de desocupación en que han quedados cientos de recibidores de granos entre ellos mi esposo que en agosto harán dos años que, con muchos compañeros fue despedido de la Compañía Exportadora “La Plata Cereal” y hasta la fecha salvo, pequeñas comisiones, está a la espera de alguna solución pues tenemos hijos y no se imagina Señor, la situación porque atravesamos ya que dependemos de su sueldo y no contando con ninguna otra entrada (...)*<sup>11</sup>.

Um primeiro aspecto que vale ser mencionado é Maria ter pedido ajuda de Perón ao invés de seu marido, o que interfere no tom da carta e na construção da própria retórica. Ao pedir ajuda para a solução de seu problema, ela se identifica como argentina e mãe, representando não apenas a sua família, mas todas as famílias que estão passando por problemas semelhantes na Argentina. As imagens de argentina e mãe se combinam com as de ânimo e esperança no governo peronista, que ao ser dirigido por Perón, o “justiceiro”, possibilitaria que a justiça fosse feita.

Em seguida, Maria descreve o que ocorreu com seu marido e outros empregados da Companhia Exportadora “La Plata Cereal”, enfatizando a dificuldade que a demissão sem os devidos pagamentos ao seu marido tem causado à família como um todo, principalmente por ser a única fonte de renda deles. O que é importante destacar é a forma como Maria procura demonstrar que o seu problema particular é correspondente ao de outras famílias da região, que também deveriam ter seus problemas solucionados por Perón.

Assim, novamente o presidente é visto não apenas como o mediador dos problemas entre empregados e empregadores, mas principalmente como o solucionador destes problemas e, em nossa interpretação, é por esta segunda imagem que ele é procurado pelos trabalhadores

---

<sup>11</sup> AGN-MT, caixa 458.

rurais e suas famílias. Outro aspecto que consideramos interessante para a construção da argumentação de Maria é a menção ao discurso de Perón para os trabalhadores rurais, no qual ele afirma que os trabalhadores receberiam a atenção devida e sustenta a imagem de esperança que os trabalhadores depositam nele. Também vale mencionar que Maria não justifica ou legitima o envio da carta com os lemas ou consignas peronistas. Consideramos que a ausência de menção pode ser atribuída à legitimidade creditada ao próprio acontecimento: a empresa cometeu uma injustiça com os empregados e, assim, não há razão para o presidente não mediar e solucionar o conflito a favor dos trabalhadores. Como o acontecimento descrito é mencionado em forma abstrata nos discursos políticos de Perón e na propaganda política governamental, para Maria, acreditamos, o mesmo se justifica e está legitimado por Perón desde o início da sua relação com os trabalhadores, quando já prometia ser o garantidor da justiça social no país.

Maria encerra a carta mencionando sua lealdade de mulher peronista, tal como de seu marido e de seus filhos. Consideramos que a noção “ser peronista” é construída a partir de uma influência mútua de governo e trabalhadores, a partir de uma convergência mais ou menos espontânea de ideias, interesses, entre outros, que produz formas muito específicas dos usos dos termos, expressões e dos imaginários políticos peronistas pelos trabalhadores. Com relação à influência mútua, vale lembrar que na Argentina este aspecto é notável e, como mostrou Daniel James (2013), a retórica do discurso peronista tomou a consciência, os hábitos, os estilos de vida e os valores da classe trabalhadora tal qual encontrou e os colocou como base suficiente para a rápida consecução de uma sociedade justa e igualitária. Concordamos com o historiador ao afirmar que essa retórica deixou o discurso peronista mais concreto e imediato, sobretudo quando comparado com outros, que anunciavam mudanças estruturais abstratas de longo prazo, dependendo de uma consciência apropriada da classe trabalhadora.

Deste modo, a produção de sentidos, de aspectos e de códigos compartilhados por ambas as partes, pelo governo peronista, via Perón, e pelos trabalhadores faz com que consideremos mais atraente pensar em como se conformou uma noção própria sobre o peronismo pelos trabalhadores a partir de leituras, apropriações e ressignificações de significados e sentidos próprios e particulares. No caso da Maria, consideramos que o mesmo poderia ser atribuído tanto à identidade política quanto ao movimento, ao partido ou ao “sentimento”.

Apesar das particularidades das cartas, consideramos que novamente é possível identificarmos dois aspectos comuns, que persistem também nesta carta: a noção de pedidos

voltados para o coletivo e o papel atribuído à Perón como o mediador e solucionador dos problemas.

A segunda carta é de Enrique Corominas, que escreve de Buenos Aires, em 1951, logo após o chamado político de Perón, respondendo-o com um comentário sobre a necessidade do Segundo Plano Quinquenal ter uma orientação campesina e um projeto para desenvolver as regiões mais afastadas do país:

*Respondo, pues, a la convocatoria, con los títulos de un hombre de trabajo, que a estar por lo que se conoce del doctrinarianismo político contemporáneo, constituyen los más aptos, para las realizaciones y para las apreciaciones de nuestro tiempo. El aporte que realizo, está impulsado por un único convencimiento: el de que las cuestiones que señalo merecen un tratamiento impostergable. De ahí que piense que el Segundo Plan Quinquenal, por sobre todo, debe tener una orientación campesina. Si así no fuera, se habría descriticado la más grande oportunidad nacional. Trabajar por el campo, no es ni debe ser una tentativa emocional y nada más que eso. Por el contrario, esta actividad es plural y de esta manera cabe en el plan quinquenal de la segunda presidencia de V.E. En este nuevo plan quinquenal, el campo debe ser lo primero. Contemplan la situación del hombre de la tierra y de la producción, no para observar sus problemas sino para dar las soluciones reales y efectivas, reclamadas sin interrupción, en un proceso que lleva de este siglo cincuenta años de marcha, debe ser lo impostergable<sup>12</sup>.*

O que é interessante na retórica de Enrique é que ele também não utiliza das consignas ou lemas peronistas, mas do próprio chamado político, que considerou como “tarefa nacional transcendente”, para enviar seus comentários e projeto ao Perón. Também vale mencionarmos que esta carta é de alguém que não pertence ao meio rural e que se coloca como capaz de analisar a situação dos trabalhadores rurais na Argentina e, inclusive, tecer comentários e sugerir projetos para a mudança da situação. Para tal, sugere a destruição das desigualdades entre os homens baseado no incremento da agricultura e na criação de uma distribuidora para o abastecimento de leite.

O número de cartas com a temática campo revela a noção e a importância atribuída não apenas pelos trabalhadores rurais, mas aos argentinos em uma dimensão mais ampla, da necessidade de dar a devida atenção ao campo, sobretudo para que seu desenvolvimento fosse possível. Cuidar e desenvolver o campo era uma forma de desenvolver e modernizar o país, principalmente para contribuir na construção da “Nova Argentina”.

Tal como os remetentes anteriores, apesar das particularidades, Enrique também compartilha um aspecto comum com os anteriores: o comentário e plano voltados para o

---

<sup>12</sup>AGN-MT, caixa 458.

coletivo a fim de contribuir no projeto político peronista, o que ele mesmo chamou de “cooperação cidadã”. Deste modo, o grande número de cartas recebido tal como a análise das múltiplas propostas até este momento permitem-nos perceber que, para a grande maioria dos argentinos remetentes, realmente era um projeto político que deveria ser para todos.

A terceira carta é de Nelida Esther, que escreve de Buenos Aires, em 1953, solicitando uma audiência com Perón para apresentar um plano de ajuda para a mulher do campo:

*Excelentísimo Señor Precidente Juan Domingo Perón con mi mayor respecto me dirijo a usted pidiendole mil perdones por atreberme a escribirle a nuestro Precidente y molestarlo sabiendo que dispone de muy poco tiempo por que esta siempre tan ocupado. Yo señor soy una argentina y una Peronista muy agradecida que le pide a su Precidente tenga la bondad de perder cinco minutos para atenderme pues tengo el deseo de acerle saber un plan de alluda a mujer del campo, se que le será muy útil y se beneficiara ala población mas pobre del campo soy argentina y deseo alludar a otra argentina a otra hermana y usted señor esta que pueda yo diserle a otra mujer me manda mi General que yo les enceñe esto y ustedes sean mas felices y estén unidos. señor perdóname por el atrebimiento soy muy umilde pero una gran Peronista que quiere a Perón por que es del pueblo<sup>13</sup>.*

Quando comparamos as cartas dos homens já mencionadas com esta, notamos que a das mulheres estudadas até o momento têm um tom mais emotivo, revelado na própria retórica de Nelida, sobretudo na ideia da pátria como uma grande família, sendo que as “irmãs” – mulheres do campo- deveriam ser ajudadas e na proximidade com Perón, a ponto de dar conselhos no final da carta. Vale destacarmos as noções de utilidade para a construção da “Nova Argentina”, tal como para o projeto político peronista, e do benefício para o maior número de pessoas, no caso, de mulheres.

Um aspecto que consideramos emblemático nesta carta está relacionado com a apropriação, a ressignificação e o uso da retórica do discurso do governo peronista ou na compreensão e interpretação do mesmo por Nelida. Nos discursos políticos de Perón, no seu chamado político e pessoal de 1951 e mesmo na propaganda política da época encontramos diversas mensagens e imagens sobre o governante, sua base política- os descamisados, os trabalhadores e o povo- e a relação que o mesmo deveria ter com os governados, sobretudo com o povo e os trabalhadores argentinos. Nestas mensagens, como identificou Nelida, Perón é colocado como representante e alguém do povo. Não obstante, seja no início ou no final da carta, Nelida pede desculpas pelo “atrevimento” e por “incomodar” o presidente. Também no final da carta, Nelida afirma ser humilde, apesar de grande peronista. Neste sentido nos parece

---

<sup>13</sup> AGN-MT, caixa 459.

emblemático a compreensão própria de Nelida das mensagens do discurso oficial, que apesar de reforçar sempre que possível a “nova” atuação do governo e posição do governante, não deixa de transparecer na carta como uma esfera superior, hierarquizada, que deve ser respeitada como tal.

Nelida recebeu uma carta resposta padrão do Ministério de Assuntos Técnicos, assinada por Francisco Heredia, então secretário do Ministro de Assuntos Técnicos, na qual acusa o recebimento da carta enviada e solicita o envio do plano para ser avaliado previamente:

*Tengo el agrado de dirigirme a usted acusando recibo a su atenta nota de fecha 31 de marzo ppdo., a dirigida al Exmo. Señor Presidente de la Nación, relacionada con su pedido de audiencia para exponer un plan de ayuda destinado a la mujer de campo. Sobre el particular y por expresa indicación de S.E el señor Ministro de Asuntos Técnicos, cúmpleme sugerirle que a fin de poder considerar y estudiar su proposición deberá remitir una amplia y detallada información de su proyecto. Mientras tanto, aprovecho la oportunidad para saludar a usted con mi más distinguida consideración<sup>14</sup>.*

Nelida atendeu ao pedido do Ministério de Assuntos Técnicos e enviou uma segunda carta esclarecendo a questão. Nelida solicitava o apoio do presidente para que pudesse enviar às mulheres campesinas noções básicas de economia doméstica, higiene, além de cuidados elementares com a saúde. A percepção sobre as condições de vida das mulheres campesinas por Nelida foi propiciada por uma viagem ao Chaco, na qual foi possível notar as precárias condições das casas destas mulheres. Ademais, constatou que aquelas mulheres não tinham o costume de ler os jornais e tampouco sabiam dos Planos Quinquenais, o que Nelida utilizou como argumento para justificar ainda mais a necessidade do apoio de Perón.

A carta de Nelida revela não apenas seu discurso peronista e o desejo de contribuir para a construção do “novo país”, amparadas pelas ideias de coletivo e de nação, também propagadas pelo projeto político do momento. Do mesmo modo, também notamos a continuidade das condições de vida precária nos locais mais distantes da “Nova Argentina”. Neste sentido, a partir destas cartas nós também podemos notar que nem sempre a teoria, ou seja, o discurso oficial a favor das melhores condições de vida e de trabalho acompanhou a prática, isto é, a realidade vivida pelos remetentes.

---

<sup>14</sup> AGN-MT, caixa 459.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na análise de nossas cartas nos norteamos pelas percepções de si, do momento e do governo peronista, para a atuação dos trabalhadores diante da conjuntura em que estavam inseridos e das próprias propostas do projeto político peronista, o que contribui para observarmos alguns componentes comuns, compartilhados pelos trabalhadores rurais, e outros particulares, próprios da diversidade destes trabalhadores.

Como mencionamos na introdução deste trabalho, consideramos que o chamado político- seja da convocação das opiniões ou das “inquietudes”- para os planos quinquenais contribuía para a constituição, em alguns casos, e a manutenção, em outros casos, do “diálogo direto” entre governante e governados almejado por Perón e utilizado pelos trabalhadores rurais. É a partir da segunda perspectiva, a dos trabalhadores rurais, que podemos notar nas cartas analisadas como eles encontravam brechas para tratar de suas aspirações e demandas, reivindicar seus direitos e melhores condições de vida, além de atuarem politicamente no “governo dos trabalhadores”.

Apesar da diversidade de “inquietudes” analisadas, é possível destacarmos três aspectos que perpassam, de forma conjunta ou separada, o nosso material: pedidos que são voltados para o “bem comum”, coletivo; a importância de todos para a construção da “Nova Argentina”, que ao ser efetivamente de todos, seria mais justa; e o papel de Perón como o grande justiceiro e, portanto, mediador e solucionador dos problemas pessoais e coletivos. Ademais, devemos assinalar a noção de pedidos “justos” que já por este aspecto deveriam ser atendidos.

A partir das cartas analisadas podemos notar que as mensagens peronistas não chegaram da mesma maneira e não significam a mesma coisa para todos os trabalhadores. Eles se apropriam e ressignificam, a partir de suas experiências e vivências, isto é, nas suas práticas, e atribuem sentidos muito particulares aos termos, que também podem variar de local para local, de situação para situação e de acordo com a conjuntura que estão vivendo. Do mesmo modo, tais cartas devem ser compreendidas à luz das relações específicas e desiguais que compunham o ritual peronista, isto é, como fruto da relação própria, construída entre o governante e os trabalhadores rurais.

No tocante das relações entre trabalhadores rurais e governo, sabemos que apenas alguns pedidos foram atendidos, ainda que os remetentes das cartas recebessem uma carta resposta padrão. Para nós tão emblemático quanto o atendimento dos pedidos é a resposta e a atenção

concedida aos mesmos, o que produzia a noção de que havia um espaço simbólico para os trabalhadores rurais e suas “inquietudes” no governo, que sustentava, por sua vez, a ideia de um “governo dos trabalhadores” e do “diálogo direto” com Perón, no âmbito governamental. Já no âmbito dos trabalhadores rurais, consideramos que os trabalhadores utilizaram destes espaços para conformarem uma forma própria de ação e atuação política de sujeitos políticos conscientes, que reivindicam seus direitos ao “governo dos trabalhadores”.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES

#### *Cartas*

CARTAS. Archivo General de la Nación, fundo do Ministerio de Asuntos Tecnicos de la Presidencia, caixas 455-461.

#### *Discurso político*

*Segundo Plan Quinquenal*. Discurso político de Juan Domingo Perón de 3 de dezembro de 1951.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CONTRERAS, Gustavo Nicolás; MARCILESE, José (org). *Dossier “Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)*.

DEL CAMPO, Hugo. *Sindicalismo y peronismo*. Los comienzos de un vincula perdurable. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; Universidad de San Andrés, 2008.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, Mis queridos descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.*

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

TORRE, Juan Carlos. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.